



ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

**Ref.: Concorrência nº 002/2021**

CONSTRUTORA E INCORPORADORA EXATA LTDA, já qualificada nos autos do processo licitatório, vem, respeitosamente, ante V. Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela Empresa Kaisen e Incorporações Ltda, nos termos a seguir.

**I - DO OBJETO DAS CONTRARRAZÕES.**

Alega a recorrente que esta licitante deixou de apresentar a declaração dos Responsáveis Técnicos que acompanharão os serviços de que trata o objeto da licitação, dando falta das seguintes informações: nome, CPF e nº de registro do CREA, **TENDO COMO FUNDAMENTO O TERMO DE REFERÊNCIA**, tal qual encontra-se sob o **anexo XI do aludido edital**.

Ocorre que, como veremos adiante, as razões do recurso interposto pela recorrente prosperaram, tendo a apresenta impugnação o objetivo de afastar de maneira contundente e de forma irrefutável tais tentativas, descabidas de qualquer lastro jurídico, sequer há fundamentação jurídica para tanto, o que prejudica até a elaboração de uma peça técnica.

**II- DAS CONTRARRAZÕES JURÍDICAS.**

Consoante o preâmbulo do Edital em voga, a licitação é regida pela Lei nº 8666/93, que prescreve o Edital como ato administrativo que norteia o certame, nos termos do art. 40.

Destarte, na legislação supracitada não há nenhuma passagem legal que vincule o termo de referência ao instrumento convocatório, de forma que cabe a gestão da Administração

Pública deliberar sobre as regras que serão acolhidas pelo TR e serão exigidas e veiculadas no Edital.

O Edital consiste então na verdadeira regra do negócio, consolida como a licitação se dará, as suas nuances, delimitações, requisitos e critérios, enfim, alcança até (e principalmente) a execução do objeto.

Nesse sentido, Joel de Menezes Niebuhr criticava a definição do Decreto nº 5.450/05 (revogado pelo Decreto nº 10.024/2019), dizendo que o termo de referência ali conceituado estava mais para edital do que para instrumento auxiliar de confecção do instrumento do edital e registra:

*“... é importante ressaltar que o termo de referência não vincula. O que vincula é o instrumento convocatório. O termo de referência, de acordo com o sentido literal da expressão, é uma mera referência. Por isso, as informações nele constantes não são definitivas. Elas apenas dão início ao processo de licitação sob a modalidade pregão. Portanto, elas podem ser alteradas, acrescidas, substituídas, complementadas, etc. **O termo de referência veicula as primeiras informações, sobre as quais será autorizada ou não a abertura do processo de licitação e sobre as quais os agentes administrativos responsáveis, oportunamente, devem confeccionar o instrumento convocatório, estabelecendo todas as suas condicionantes e exigências.**”*

Sendo assim, em analogia à concorrência pública, **ainda que o TR contenha as diretrizes da licitação, suas disposições não se confundem com as disposições do Edital** (nem poderia), representando tão somente uma diretriz, enquanto no Edital, encontraremos as regras de negócio devidamente discriminadas e pormenorizadas, de forma global e holística.

### **III - DO PEDIDO.**

Em face do exposto, requer-se que V. Senhoria se digne a JULGAR IMPROCEDENTE o recurso administrativo em tela, uma vez que desfalece de quaisquer fundamentos que o sustentem.

Nestes termos, pede deferimento

Recife/PE, 07 de fevereiro de 2022.